



Portugal está a ficar para trás em matéria de competitividade fiscal

Por Jorge Magalhães

O abandono do Norte; o bom entendimento entre os TOC e as empresas; a prepotência do fisco; a problemática carga fiscal e a alarmante perda de potencial de crescimento da economia portuguesa. Ideias de Ludgero Marques, presidente da AEP, a ter em conta.



Licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Porto, Ludgero Marques está envolvido no associativismo empresarial português há mais de três décadas. Conhecido defensor da Região Norte, este empresário é um crítico das sistemáticas opções governativas que tendem a acentuar as desigualdades do País.

Não tem medo de usar as palavras. Ludgero Marques vê como necessária a redução dos impostos e olha com preocupação para a alegada eficiência da máquina fiscal. Os «abusos de poder do Estado», a redução dos meios de defesa dos contribuintes e os incómodos causados a quem costuma cumprir as suas obrigações fiscais, são situações que o inquietam. O presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP) reclama maior flexibilização laboral e lembra que a deficiente qualificação profissional tem a sua origem, em parte, na rigidez vigente no mercado de trabalho. Assumido defensor do Norte, acusa os últimos governos de terem adoptado uma «estratégia de desenvolvimento unipolar», prejudicando a sua região.

TOC - A redução da carga fiscal sobre as empresas está, de novo, na ordem do dia. Esta é uma medida realista e necessária?

Ludgero Marques - É, sem dúvida, uma medida necessária. Será realista, desde que acompanhada por uma maior ambição na redução do peso da despesa corrente na economia. A este propósito, sempre tenho defendido que os resultados do combate à fraude e evasão fiscais devem reverter a favor da redução da carga fiscal suportada pelos contribuintes cumpridores. Lamenta-

velmente, ainda não será em 2007 que se dará cumprimento a este princípio.

TOC - A Alemanha, ainda há poucos dias, anunciou uma baixa dos seus impostos sobre as empresas em 8,6 por cento. Portugal corre o risco de ficar para trás em matéria de competitividade fiscal?

L. M. - Portugal está já a ficar para trás nesta matéria. É inevitável que as disparidades fiscais relativamente aos nossos mais directos concorrentes gerem distorções na economia que, para além de prejudiciais às empresas e à atractividade da economia, acabam por se revelar pouco eficazes em termos de cobrança de receita. A política fiscal portuguesa deveria confrontar-se com as práticas que, em cada um dos nossos principais concorrentes, favoreçam mais a atractividade e competitividade da economia, adoptando as que melhor sirvam o fortalecimento concorrencial das nossas empresas e do nosso território para a captação de investimento directo externo.

Abuso de poder do Estado

TOC - A crescente eficiência que se tem verificado na cobrança de receitas por parte da administração fiscal tem criado problemas acrescidos às empresas?

L. M. - O que tem vindo a criar problemas acrescidos às empresas não é a maior eficiência que se verifica na cobrança de dívidas, mas a progressiva redução dos meios de defesa do contribuinte face a atitudes muitas vezes prepotentes da administração fiscal. Há exemplos recentes, muito concretos, desta deriva no Orçamento do Estado para 2007.

TOC - E quais são?

L. M. - A impossibilidade de os contribuintes efectuarem o levantamento de penhoras e garantias que tenham prestado em processo de contestação de dívidas, até que haja uma solução, que tantas vezes se arrasta para além do que seria minimamente razoável; a suspensão, agora por tempo indefinido, do prazo de prescrição nesses mesmos casos; a possibilidade (e aplicação imediata) da compensação de dívidas fiscais por recurso a pagamentos devidos pela administração fiscal ao contribuinte. Todas estas medidas têm causado uma progressiva erosão da eficácia dos meios de defesa do contribuinte, colocando muitas vezes o Estado numa posição de abuso de poder.

TOC - Há quem acuse a administração fiscal de um certo autoritarismo e quem veja nisso apenas o incómodo de quem estava habituado a não cumprir as suas obrigações fiscais. Que opinião partilha?

L. M. - Temos que distinguir entre o que é a capacidade da administração fiscal para fazer cumprir a lei e o que são atitudes discriminatórias ou prepotentes. Não me preocupam, bem pelo contrário, os incómodos causados a quem não está habituado a cumprir as suas obrigações fiscais. Aliás, a grande preocupação da administração fiscal deverá ser a de trazer para o sistema aqueles que sempre estiveram fora dele. O que me preocupa são os incómodos causados sistematicamente aos contribuintes cumpridores.

TOC - Está satisfeito com os resultados apresentados pela administração fiscal?

L. M. - Os resultados são positivos. Pena é que ainda não tenham revertido a favor da redução da carga fiscal que continua a pesar sobre os contribuintes cumpridores. O que não posso estar satisfeito é com algumas das medidas tomadas que vêm reduzir os meios de defesa





O que tem vindo a criar problemas acrescidos às empresas não é a maior eficiência que se verifica na cobrança de dívidas, mas a progressiva redução dos meios de defesa do contribuinte face a atitudes muitas vezes prepotentes da administração fiscal.

dos contribuintes e deteriorar ainda mais a falta de confiança destes face ao fisco.

Resolver o défice pelo lado das despesas e não da carga fiscal

TOC - Afirma há algum tempo que «resolver o problema do défice através do aumento dos impostos é fabricar uma ilusão». A ilusão continua a ser fabricada? Os portugueses estão a ser vítimas de excessiva carga fiscal sem que se vislumbre nisso grandes melhorias?

L. M. - Sempre defendi que o problema do défice deverá ser resolvido pela contenção das despesas públicas, contenção que terá de decorrer fundamentalmente de reformas e medidas de carácter estrutural. Mais do que uma ilusão, o aumento dos impostos para reequilibrar as finanças públicas é uma estratégia errada, já que qualquer agravamento fiscal prejudica, directa ou indirectamente, a competitividade das empresas, sobretudo no presente enquadramento de livre circulação de bens, serviços e capitais, ao nível europeu e de crescente globaliza-

ção, ao nível mundial. Apesar de reconhecer que, finalmente, o peso da despesa pública na economia está a descer, o certo é que a redução do défice ainda teve, em 2006, e terá ainda em 2007, a ajuda do aumento da carga fiscal. Ora, é tempo de constatar que não é possível continuar a aumentar indefinidamente a carga fiscal sobre a economia.

TOC - É favorável ao agravamento das penas para crimes fiscais?

L. M. - À partida, não tenho nada a opor, mas essa é matéria que deve ser equacionada por especialistas em Direito Penal, não por empresários.

TOC - As empresas portuguesas em particular têm ou não benefícios fiscais em excesso? Os benefícios fiscais podem ser vistos como uma forma de distorcer a concorrência?

L. M. - Não julgo que haja excesso de benefícios fiscais. Poderão, eventualmente, ser revistos no sentido da sua simplificação e da sua maior coerência com os objectivos

da política económica. Mas penso que os benefícios fiscais podem ser dos instrumentos de apoio às empresas que menos afectam a concorrência.

TOC – O acesso às contas bancárias deveria ser facilitado?

L. M. – Sim, desde que sujeito a autorização judicial.

A deficiente qualificação profissional e a rigidez laboral

TOC – Tem defendido maior flexibilização das leis laborais. Os empresários portugueses, de uma forma geral, estarão preparados para lidar com essa abertura ou isso será terreno fértil para se cometerem atropelos?

L. M. – Não é a flexibilização que torna o terreno mais fértil para atropelos, bem pelo contrário. Os empresários, os trabalhadores e, sobretudo, os desempregados portugueses, precisam de mais flexibilidade das leis laborais no sentido de facilitar a liberdade de contratar e de despedir. Ainda não há consciência de que ao proteger em demasia o emprego não se está senão a desprotegê-lo, contribuindo para um maior nível de desemprego.

Só com mais flexibilidade nas leis laborais as empresas poderão renovar e adequar os seus quadros de pessoal, quantitativa e qualitativamente, em harmonia com os seus projectos e necessidades. É, aliás, a recomendação da própria OCDE no seu último relatório sobre Portugal.

A ausência de selectividade no emprego tem contribuído para agravar as dificuldades que as empresas, especialmente as industriais, estão a atravessar. O facto de as empresas terem que manter indefinidamente o mesmo quadro de pessoal, ainda que não reúnam as melhores condições para um bom desempenho, e mesmo que na oferta de trabalho existam jovens qualificados com vontade de trabalhar e com formação adequada, só tem agravado ainda mais a actual situação das empresas portuguesas, sobretudo as que estão em actividade há

mais tempo: as empresas com mais de 10 anos não têm condições de requalificarem os seus trabalhadores, seguindo, quantas vezes, o caminho de não serem competitivas. As empresas jovens, com menos de cinco anos de actividade, fizeram durante esse período o recrutamento de trabalhadores, onde o campo de recrutamento era muito mais qualificado e abundante.

Além disso, sem aumentar a flexibilidade da legislação laboral, continuaremos a não motivar os portugueses a melhorarem as suas qualificações. A deficiente qualificação profissional dos nossos trabalhadores é, em parte, da responsabilidade da actual rigidez laboral.

Atitudes dos Governos são a entrave ao desenvolvimento do Norte

TOC – É um defensor acérrimo do Norte. A região apresenta hoje o rendimento *per capita* mais baixo do País. Que soluções preconiza para combater esta dura realidade?

L. M. – Nos últimos anos, aqueles em que se verificou a maior quebra no processo de convergência da Região Norte, parece-me claro que os diversos governos optaram por uma estratégia de desenvolvimento unipolar, centrada na capital. Tal estratégia, que não afectou só a Região Norte, mas que a afectou mais do que as restantes por ser aquela em que as indústrias ditas tradicionais estão mais concentradas, é obviamente penalizadora de um desenvolvimento harmonioso e sustentado de Portugal.

Para além de julgar que a aposta política deve ser a de fomentar a acumulação do capital humano através de uma reforma profunda do sistema de ensino, que beneficiará todo o País, deverão ser tomadas medidas para corrigir a opção unipolar e o abandono à sua sorte da indústria nortenha.

A indústria deve ser claramente apoiada em termos de aquisição de tecnologias, de medidas de fomento da produtividade total dos factores. Não é solução apostar unicamente na instalação de empresas de alta tecnologia, e ainda por cima promover a sua localização em zonas menos atrasadas,





É alarmante o facto da economia ter perdido o seu potencial de crescimento para prosseguir no futuro, com sucesso, o processo de convergência real com a Europa desenvolvida. Ora, nem mesmo o cumprimento das metas governamentais a médio prazo assegura que, ultrapassada a crise conjuntural, consigamos ter um potencial de crescimento compatível com este objectivo.

é preciso relançar as indústrias ditas tradicionais, transformando-as em tecnologia-intensivas. Nesse aspecto, os diversos programas de apoio não surtiram os efeitos que seriam desejáveis.

TOC - As centenas de quilómetros que separam o Norte do poder central continuam a ser um entrave ao desenvolvimento?

L. M. - As distâncias estão mais nas atitudes do que nos quilómetros, e são aquelas o verdadeiro entrave ao desenvolvimento.

TOC - A dificuldade que muitas empresas do Norte sentiram, e sentem, com a abertura dos mercados a países como a China, por exemplo, onde o respeito pelos direitos humanos e pelos direitos dos trabalhadores está longe de ser uma prioridade, pode ser combatida de

que forma? Ou essa é uma batalha perdida, como o foi já, para muitas empresas?

L. M. - Não é uma batalha perdida. O que é necessário é deixarmos de concorrer no mesmo nível. Temos de apostar na qualidade, na produtividade, na diferenciação, na tecnologia de produção e na gestão, na criação de marcas, e passar a vender para outros clientes que dão mais importância ao valor que lhes é oferecido do que ao preço. Uma maior qualidade nos quadros e trabalhadores portugueses traria uma maior qualidade à empresa e ao empresário. Teríamos, assim, a verdadeira recuperação da empresa para os novos paradigmas da economia portuguesa. Mas para isso será também importante o aumento da dimensão das empresas tradicionais portuguesas, de forma a ganharem massa crítica para o investimento em inovação e para a internacionalização.

TOC – A formação é apontada como um dos pilares fundamentais para ajudar, a médio/longo prazo, o País a criar novos paradigmas de desenvolvimento. O actual sistema de ensino responde às necessidades empresariais?

L. M. – Como já disse, a grande reforma a fazer, ou a acelerar, em Portugal, é na educação. Para usar um novo conceito, a educação tem de ser dirigida claramente para a “empregabilidade” e para a satisfação das necessidades das empresas, especialmente na formação de quadros intermédios. Após uma sólida formação de base, científica e humanística, é necessário que o sistema de ensino se dirija mais para as bases do “saber-fazer”, não se ficando no “saber como” e no “saber porquê”.

E julgo que aqui, nesta área em que se joga o futuro de Portugal, o diálogo sobre as prioridades do ensino e da formação tem de ser clara e inequivocamente aberto à participação das empresas e deixar de ser a coutada dos políticos e dos professores.

TOC podiam ser melhor aproveitados como técnicos de gestão

TOC – Como é que olha para o relacionamento entre as empresas e os Técnicos Oficiais de Contas (TOC)?

L. M. – Não me parece que exista qualquer tipo de mau relacionamento entre os Técnicos de Contas e as empresas. Os TOC foram treinados e certificados para prestar um serviço e as empresas precisam desse serviço se querem, por um lado, cumprir as suas responsabilidades fiscais e, por outro, se querem que a contabilidade seja um efectivo instrumento de gestão.

TOC – Os conhecimentos dos TOC são, de uma forma geral, bem aproveitados pelas empresas?

L. M. – Penso que na vertente fiscal e de prestação transparente de contas, sim. Como técnicos de gestão é de acreditar que pudessem ser melhor aproveitados.

TOC – A relação entre os TOC e os empresários nem sempre é fácil, fruto de interesses muitas das vezes divergentes. É possível aproximar estas duas partes?

L. M. – Se existir congruência de objectivos, isto é, se os objectivos das empresas e os objectivos dos TOC forem coincidentes, porque não?

TOC – As normas contabilísticas nacionais reflectem com verdade a situação patrimonial das empresas ou gostaria de ver alteradas algumas regras?

L. M. – As realidades são mutáveis. Posso considerar que as normas são apropriadas hoje e não o considerar amanhã. Salvo algum caso de subordinação, talvez excessiva, das normas às necessidades fiscais, considero que elas servem a transparência das contas. O que é preciso aceitar é que elas têm de ser dinâmicas e, também, que a contabilidade é um instrumento de gestão e que tem de reflectir correctamente a situação patrimonial das empresas produzindo informação útil à gestão.

TOC – Portugal foi, em 2006, o País que menos cresceu na União Europeia, numa altura em que a economia dos nossos parceiros progride a bom ritmo. Estes são sinais alarmantes para o futuro?

L. M. – São, sem dúvida, sinais preocupantes, mas o principal problema da economia portuguesa não está no facto de no ano passado não termos ainda saído de uma crise conjuntural. O que é alarmante é o facto da economia ter perdido o seu potencial de crescimento para prosseguir no futuro, com sucesso, o processo de convergência real com a Europa desenvolvida. Ora, nem mesmo o cumprimento das metas governamentais a médio prazo assegura que, ultrapassada a crise conjuntural, consigamos ter um potencial de crescimento compatível com este objectivo. Para inverter a tendência de declínio da última década, é urgente melhorar a capacidade da oferta nacional de bens e serviços competitivos à escala mundial. ★

